

No Centro-Oeste, mais de 98% das mulheres fazem consultas pré-natais

PNDS revela que, na região, partos domiciliares caíram para 0,5%. Entre 1996 e 2006, mais que quadruplicou o uso de preservativos.

Um dos grandes avanços evidenciados pela Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde de 2006 (PNDS-2006), financiada pelo Ministério da Saúde, na região Centro-Oeste foi o acesso de quase 100% das mulheres aos serviços de saúde na hora do parto. Em 1996, 1,7% das mulheres grávidas teve filhos em casa. Em 2006, esse número caiu para 0,5%. Nesses dez anos, aumentou o número de mulheres que fizeram o pré-natal. Em 1996, 8,3% não haviam feito nenhuma consulta pré-natal. Em 2006, esse número caiu para 1,8% das mulheres. O acompanhamento médico na hora de nascimento do bebê passou de 92%, em 1996, para 95,2% em 2006.

Em dez anos, a taxa de fecundidade das brasileiras que vivem no Centro-Oeste caiu de 2,3 para 2 filhos por mulher. Apesar de ter maior acesso a contraceptivos, o número de mulheres da região em idade fértil que faz uso de algum método teve uma queda tímida: passou de 84,5% para 83,5% entre 1996 e 2006. No entanto, mais que quadruplicou o número de mulheres cujos parceiros utilizam preservativo masculino: de 2,3% para 10,8%.

Assim como as demais brasileiras, as do Centro-Oeste iniciam a vida sexual mais cedo. Os dados apurados pela PNDS-2006 mostram que caiu de 18,9 anos para 17 anos a idade da primeira relação sexual. Essa mudança de comportamento resultou em aumento no número de grávidas ou mães com idades entre 15 e 19 anos. Em 1996, as jovens da região que afirmaram estar grávidas do primeiro filho, à época da entrevista, correspondiam a 4% das entrevistadas. Em 2006, esse percentual passou para 5,4%. As jovens que afirmaram ser mães, em 1996, representavam 13% da população, número que aumentou para 20,5% em dez anos (leia quadro abaixo).

A precocidade na vida sexual rejuvenesceu o padrão reprodutivo. Em 1996, a média de idade para o primeiro filho era de 21,2 anos. Dez anos depois, passou a ser de 20 anos.

O aumento na distribuição gratuita de contraceptivos contribuiu para essa tomada de decisão. O acesso mais amplo aos métodos implicou redução da esterilização das mulheres. Em 1996, 59,5% das mulheres com parceiros fixos foram esterilizadas. Em 2006, o índice caiu para 38,9%. Em contrapartida, em dez anos, mais que dobrou a participação masculina na anticoncepção. No período, esterilização masculina passou 1,5% para 3,9%.

ACESSO A MEDICAMENTOS – A PNDS-2006 investigou a ocorrência, em mulheres férteis da região, de enfermidades como hipertensão (13%), diabetes (1,3%) bronquite/asma (7,4%), depressão/ansiedade/insônia (15,6%), anemia (24,8%), artrite/reumatismo (5,4%) e vaginite/vulvo-vaginite (24,6%). A consulta revelou que mais de 90% das entrevistadas afirmaram ter acesso aos medicamentos para o tratamento.

PNDS – Mulheres (15 a 49 anos)	1996	2006
Fecundidade e anticoncepção		
Taxa de fecundidade	2,3	2
Usa algum método contraceptivo	84,5%	83,5%
Usa pílula anticoncepcional	16,1%	24,5%
Usa preservativo masculino	2,3%	10,8%
Mulher esterilizada	59,5%	38,9%
Homem esterilizado	1,5%	3,9%
Gestação e parto		
Nunca fez consulta pré-natal	8,3%	1,8%
O parto aconteceu em casa	1,7%	0,5%
Médico presente na hora do parto	92%	95,2%
Vida sexual e filhos		
Está grávida do 1º filho (15 a 19 anos)	4%	5,4%
Jovem que já é mãe (15 a 19 anos)	13%	20,5%
Idade mediana na primeira relação	18,9	17

Crianças sofrem menos com diarreia, febre e tosse

As infecções respiratórias e as ocorrências de diarreia em crianças da região Centro-Oeste diminuíram nos dez últimos anos. Nas duas semanas anteriores à pesquisa, em 1996, 10,4% das mães afirmaram que seus filhos haviam tido diarreia. Em 2006, o número de crianças com diarreia, no mesmo período perguntado, caiu para 8,4%. O uso do soro caseiro aumentou nesse período e, em 2006, 34,5% das mães disseram ter feito uso dessa alternativa, contra 21% em 1996.

Os quadros de infecção respiratória (febre e tosse) nas duas semanas anteriores à pesquisa apresentaram quedas importantes. Em 1996, 28,8% das crianças haviam tido febre e 52,6%, tosse. Dez anos depois, o percentual de febre caiu para 20,4% e o de tosse para 32,4%.

A PNDS-2006 revelou queda também no déficit de peso entre as crianças com até 5 anos de idade da região. Em 1996, o déficit de altura versus idade em crianças

com até 5 anos atingia 10,9% dessa parcela da população. Em 2006, o percentual caiu para 5,7%. O déficit de peso versus altura caiu de 2,9% para 1,1%.

ALEITAMENTO MATERNO – Na região Centro-Oeste, em 2006, 2,3% das crianças nunca foram amamentadas. Em compensação, o número das que foram amamentadas na primeira hora após o nascimento, em 2006, foi maior que nos dez anos anteriores: 39,7% contra 29,5%. O aleitamento nas primeiras 24 horas depois do parto, entre as crianças alguma vez amamentadas, alcançou praticamente a totalidade em 2006 (99,5%), contra os 73,2% apurados uma década antes. A mediana de duração da amamentação exclusiva em crianças com até 35 meses de idade (<3 anos) mais que triplicou, passando de 0,7 meses, em 1996, para 2,46 meses, em 2006.

Na avaliação do estado nutricional das mães, apenas 3,8% das mulheres da região apresentaram déficit de peso. A PNDS-2006 revelou também que 45,1% delas estão com excesso de peso e 15,1% obesas. Em relação à circunferência da cintura, 51,1% delas estão com 80 cm ou mais. E entre as mulheres com mais de 88 cm, o percentual é de 29,5%.

PNDS – Crianças (0 a 5 anos)	1996	2006
Aleitamento		
Amamentação na 1ª hora após o parto	29,5%	39,7%
Amamentação no primeiro dia pós-parto (crianças alguma vez amamentadas)	73,2%	99,5%
Duração, em meses, de aleitamento exclusivo até 35 meses de idade	0,7	2,46
Desnutrição		
Déficit de altura x idade	10,9%	5,7%
Déficit de peso x altura	2,9%	1,1%
Infecções respiratórias e diarreia		
Teve febre 15 dias antes da entrevista	28,8%	20,4%
Teve tosse 15 dias antes da entrevista	52,6%	32,4%
Teve diarreia 15 dias antes da entrevista	10,4%	8,4%
Atendida nos serviços de saúde	19,9%	51%
Usou soro caseiro	21%	34,5%

SEGURANÇA ALIMENTAR — O acesso à alimentação em quantidade e qualidade suficientes esteve presente em 65,9% dos domicílios da região. A insegurança alimentar grave (restrição quantitativa e qualitativa de alimentos que provoca fome), nos três meses que antecederam a pesquisa, foi verificada em apenas 3,2% dos

domicílios do Centro-Oeste. No meio urbano, a insegurança alimentar afeta 3,0% dos domicílios, e no rural, 4,6%.

Outras informações

Atendimento à Imprensa

Ministério da Saúde

(61) 3315 3580 e 3315 2351

Atendimento ao cidadão

0800 61 1997 e (61) 3315-2425